

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

BARBARA ZUCCHINALI

**A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA RELAÇÃO COM A
CIDADANIA**

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011

BARBARA ZUCCHINALI

**A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA RELAÇÃO COM A
CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Dr. Vidalcir Ortigara

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011

RESUMO

A cidadania tem se tornado assunto comum nos discursos de direita e esquerda, tanto na área política, quanto na área da educação, tornando-se resposta para os problemas causados pela desigualdade social. Na educação e na educação física, analisamos que a cidadania é apontada em diversos estudos como meta educacional. A emancipação humana surge como uma opção para modificar esse quadro apresentando uma proposta que torne o homem efetivamente livre. Este trabalho busca analisar a cidadania e a emancipação humana, na educação e na educação física, observando os estudos já realizados sobre esses temas. Analisar esses trabalhos já realizados sobre o tema nos permitirá chegar a uma conclusão a respeito sobre o que devemos objetivar nas aulas de educação física a cidadania, entendida no contexto do estado moderno, ou a emancipação humana, entendida como possibilidade de superação do atual modelo social. Os textos que abordam o tema educação física e cidadania também serão analisados neste trabalho, com o propósito de situar-nos no debate atual da educação física e analisar como a cidadania é abordada nestes textos. Na área da educação física as duas tendências críticas de maior evidência na atualidade, nos mostram que nossa área caminha para a formação de professores que procurarão transmitir o conhecimento de uma maneira emancipada. Ambas as tendências buscam, mediante uma leitura crítica da realidade, sua transformação e superação do modelo capitalista vigente. O que nos leva a acreditar que a educação física, ainda que timidamente, tem os requisitos necessários e bases teóricas para uma educação emancipada, que leve o aluno a ser realmente livre.

Palavras-chave: Educação. Educação Física. Cidadania. Emancipação Humana.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	7
2.1 As Funções da Escola Pública.....	8
3. A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS.....	15
3.1 Concepção Crítico-Emancipatória	15
3.2 Concepção Crítico-Superadora.....	18
4 EDUCAÇÃO FÍSICA E CIDADANIA.....	22
4.1 O conceito de cidadania e sua crítica	22
4.2 A Crítica à Cidadania	23
4.2.1 A Cidadania na Ótica Conservadora	25
4.2.2 A Cidadania e a Esquerda Democrática.....	26
4.2.3 A Crítica Marxiana da Cidadania.....	27
4.3 A Cidadania como Finalidade da Educação Física.....	29
5 CONCLUSÃO.....	33
6 REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem avançado em vários aspectos e mais do que nunca é imprescindível que a escola acompanhe de forma crítica essas evoluções, que ela esteja atenta a essas transformações, favorecendo o acesso ao conhecimento que possibilite uma formação em vista à emancipação humana, que é o assunto crucial a ser tratado neste trabalho. A Escola centrada na formação do aluno deve buscar sempre formas de incentivar e proporcionar uma maneira prazerosa e desafiadora de aprender, desenvolver o senso crítico e questionador do aluno, fazendo-o se sentir parte do processo de transformação da sociedade. A educação física como componente curricular está inserida neste meio e deve fazer parte deste processo de transformação.

O processo de transformação envolvendo a escola tem em uma de suas metas a educação para a cidadania. Como podemos observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que regem a educação brasileira, “o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos”. (BRASIL, 1998, p. 5)

Na área da educação física percebemos que vários jargões a colocam como sendo uma fonte de promoção de cidadania, alguns deles muito conhecidos como: “pratique esportes, não use drogas”, “esporte e inclusão social” e “promoção da cidadania por meio do esporte”. Essas expressões dão a entender que a educação física tem por finalidade a promoção da cidadania.

Procuramos neste trabalho apontar o conceito de cidadania e discutir a problemática que há entorno do debate com a emancipação humana, posicionando a educação e a educação física nesta discussão. Nosso ponto de partida é de que a educação e a educação física precisam abordar as questões relativas à cidadania, porém não pode ser a centralidade da definição de sua finalidade. Uma educação física que perspectiva uma ação pedagógica crítica que signifique defender os interesses da maioria da população, ou seja, os interesses da classe trabalhadora, tem que vislumbrar como finalidade a emancipação humana. Nesse sentido a promoção da cidadania coloca-se como intermediária no processo de formação das

novas gerações a fim de estabelecer as possibilidades da efetiva superação do atual modelo de organização social.

Com a preocupação em relação às afirmações de que as escolas devem educar para a cidadania, surgiu o interesse em realizar este trabalho, tendo como **tema** a educação e a Educação Física e sua relação com a cidadania. Como **problema** a seguinte pergunta: a escola deve priorizar a busca da cidadania como fim último da educação? Nosso **objetivo** é identificar se devemos buscar a cidadania como finalidade ou objetivar a emancipação humana.

Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica que, segundo Oliveira (1999, p. 19), “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.” Tomamos como foco de análise as produções em educação e educação física que abordam os temas da cidadania e da emancipação humana.

Para a abordagem desses temas dividimos o trabalho de forma que contemplasse as esferas que rodeiam os temas da cidadania e da emancipação humana. No capítulo I abordamos a escola e sua função social, fazendo um paralelo das funções adquiridas ao longo da história com a atualidade e analisando em que ponto está presente a cidadania ou a emancipação humana.

Após situarmos em relação à educação elaboramos, no capítulo II, uma síntese das tendências críticas da educação física, mais especificamente a crítico-superadora e a crítico-emancipatória, situando-as no contexto da cidadania e da emancipação humana, procurando evidenciar o que cada uma propõe a respeito desses temas.

No capítulo III, enfocamos diretamente a questão da cidadania na educação física, explicitando os conceitos sobre o tema. Para realizar a crítica sobre a centralidade da cidadania como finalidade da educação, tomamos a obra de Tonet (2005). Dessa maneira acreditamos que abrangemos os pontos necessários para realizar um trabalho que fale sobre a cidadania na educação e na educação física e sobre como a perspectiva da emancipação humana pode manifestar-se na educação.

Em vista que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física, segundo seu marco teórico-filosófico, faz “a opção por uma linha crítica (...) uma posição político-pedagógica não permitindo uma ‘neutralidade conteudística’ que se esconde no ensino técnico formal” (UNIVERSIDADE DO

EXTREMO SUL CATARINENSE, 2010, p. 12), adotamos os autores referendados pelo mesmo para fundamentar nossa pesquisa.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A sociedade humana está estruturada nas instituições sociais, os mecanismos de preservação e transformação de valores e conhecimentos. Dentre elas, destacamos a escola, essencialmente vinculada aos processos educativos.

A educação na sociedade brasileira nada mais é do que uma reprodução do sistema capitalista, ou seja, o acesso às escolas por parte das classes menos favorecidas é praticamente nulo ou são obrigados a desistir por inúmeras razões, e quando permanecem não alcançam os níveis de ensino médio e muito menos o ensino superior. (BRACHT, 2005)

A escola pública sempre foi alvo de inúmeras lutas por parte dos educadores que desejavam que o ensino chegasse a todos os níveis sociais, esta discussão que envolve a função da escola pública foi defendida em 1960, por Fernando Henrique Cardoso com as seguintes palavras:

É ela (a escola pública) que pode desempenhar um papel ativo no desenvolvimento do país, por meio de um ensino de base técnica ao lado de uma educação inspirada por uma concepção de homem e da sociedade impregnada nos valores realmente humanísticos que a civilização pode elaborar no decorrer da aventura humana na história, a começar pela convicção de que a sociedade e o homem, enquanto ser cultural são produtos da própria atividade humana. (apud LIBÂNEO, 1984, p. 60)

O essencial do trabalho educativo é garantir a possibilidade do homem tornar-se livre, consciente, responsável a fim de concretizar sua humanização. E para isso tanto a escola como as demais esferas sociais devem proporcionar a procura, a investigação, a reflexão, buscando razões para a explicação da realidade, uma vez que é através da reflexão e do diálogo que surgem respostas aos problemas. Que a escola cumpra de forma competente sua função social e que a passagem por ela resulte na apropriação de conhecimentos e habilidades significativas para não só a participação da sociedade, mas principalmente, ser atuante e determinante no processo de transformação.

2.1 As Funções da Escola Pública

Para conhecermos as mudanças ocorridas com a escola pública ao longo dos anos, devemos voltar ao passado para podermos distinguir tais mudanças. Analisando a escola desde os tempos do Antigo Egito percebemos que a escola era caracterizada pela separação entre instrução e trabalho estabelecendo-se uma discriminação entre a instrução para poucos e o aprendizado do trabalho para muitos.

Manacorda (1989) retoma a história da educação na Grécia, Roma e Idade Média. Da Grécia, aponta que a educação e a escola apresentavam como características, a educação dos poucos para o “dizer” e o “fazer”. Surgiu uma escola popular que se propagou, e que com a invenção do alfabeto, da música e da ginástica, passa para a “gramática” e para sua metalinguagem, até a retórica – arte de bem falar – e à dialética – arte de raciocinar com método.

Segundo Manacorda (1989), em Roma registra-se o fenômeno histórico de uma cultura e de uma escola transplantadas, de importação. Apesar das críticas, esta escola se impôs, se difundiu e foi assumida pelo próprio Estado, muito mais do que na Grécia.

O mesmo autor diz que na Idade Média surgiram novos centros de instrução e de aculturação, ou seja, um processo de influência mútua de elementos culturais entre grupos de indivíduos. A autoridade papal se revestia nos mosteiros e paróquias. O Estado e a Igreja reafirmaram o seu poder no campo da instrução, especialmente no que se referia aos altos graus do saber na universidade.

Nos séculos XVI e XVII a crise no sistema educativo da época é denunciada na literatura, não intencionalmente pedagógica. A escola precisava se renovar na época das grandes invenções. No século XVIII, cresceu pela escola um interesse geral que o próprio poder não somente controlava, mas já organizava e renovou como algo de sua competência. A instrução tornou-se “uma necessidade universal”.

No Século XIX desenvolveu-se a batalha pela estatização e democratização da instrução e aspectos do sistema educativo se modificaram. A escola, instituição de interesse geral, que o poder controla, organiza e renova dentro

de sua própria competência. A partir desse olhar, a escola recebe do trabalho produtivo conteúdos culturais, antes excluídos.

No século XX, explodiu o problema da difusão da escolaridade, onde não mais somente uma restrita elite de privilegiados tem acesso à formação escolar, e da tipologia das estruturas educativas determinadas pelo poder que domina os povos com um “hegemonismo cultural”. A ideologia do sistema sócio-econômico instituído influenciou fortemente a determinação do que deveria ser a escola – os interesses das classes dominantes direcionaram os objetivos da escola e trouxeram uma seqüência de contradições.

Através deste breve histórico podemos perceber a evolução da educação e então poder comparar com o que se pensa hoje da escola e o que se espera da mesma. A escola, o espaço socialmente instituído, e para o qual foi destinada a tarefa de garantir a reprodução do conhecimento humano, historicamente acumulado, de geração para geração, organizada em locais e com instrumentos específicos, através de processos educativos. A tarefa de educar, porém, não é exclusiva da escola. A ela se junta em tempos atuais, com grande expressividade, a mídia, além da educação espontânea, fruto da própria convivência humana, organizada na sociedade, sociedade esta que se apresenta desigual, dividida em classes sociais que se opõem numa luta pelos domínios político e econômico.

Porém ainda assim vemos na sociedade opiniões que continuam colocando a escola como modeladora para a sociedade capitalista, prova disso é a seguinte declaração:

Robert McNamara numa perspectiva capitalista pautada pelos interesses do BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, fixou os componentes básicos requeridos para combater a pobreza e incluiu entre eles a formação escolar, atribuindo à educação três características fundamentais – função da escola na visão de quem comandou o Banco Mundial:

a - Como necessidade humana básica, como meio para adquirir as bases do conhecimento, atitudes, valores e habilidades para construir sua vida futura, a educação deve prover o potencial para aprender, responder a novas oportunidades, ajustar-se ao intercâmbio social e cultural e participar em atividades políticas, sociais e culturais.

b - Como meio para alcançar outras necessidades básicas, como alimentação, saúde, moradia, água, etc.

c - Como atividade que sustenta e acelera o desenvolvimento, através da formação de trabalhadores capacitados em administração, tecnologia e serviços, incrementa a produtividade e facilita o avanço do conhecimento em campos aplicados e ciência pura. (BRACHO, apud SILVA, 2002)

Nesta perspectiva capitalista a escola serve como modelo de controle social no entendimento daqueles que a vêem como reprodutora da ordem socioeconômica, tendo por função moldar os indivíduos a esse modelo social, preparando-os para exercer seus papéis sociais já definidos, ou seja, constituirão a sociedade civil.

Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa funcional. Conforme Libâneo (2005, p. 117),

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

Fazer da escola um instrumento no combate à desigualdade social e para que ela possa ser peça fundamental na formação do homem deve ser sua prioridade, contribuindo para constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica. (SAVIANI, 2003)

A função social se amplia a fim de converter-se em centro privilegiado de educação, cidadania e cultura. A escola, enquanto instituição ética e socializadora, consiste num dos principais meios para a formação crítica e cidadã. E para o exercício dessa incumbência a escola precisa assegurar a realização de atividades que possuem relação com todos os aspectos que envolvem a tarefa maior da escola: a qualidade social em educação.

O debate contemporâneo deste desenvolvimento da educação, em vista do privilégio que assume, para esclarecer o que se pretende no contexto da luta de classes, necessita evidenciar a quais interesses sociais seu projeto está vinculado. Projeto aqui entendido como a avaliação diagnóstica do real, julgamento de seus

determinantes, suas correlações de forças e estabelecimento de finalidade a ser alcançada. Para Souza (1987), toda prática pedagógica guia-se por esse processo, isto é, ela tem uma relação diagnóstica, judicativa e teleológica com a realidade social, orientada pela concepção pedagógica, ou seja, pela compreensão do processo de formação humana que se pretende efetivar - a educação.

Nesse entendimento, a pedagogia deve evidenciar quais valores sociais pretende desenvolver: a cidadania, entendida no contexto do estado moderno, ou a emancipação humana, entendida como possibilidade de superação do atual modelo social. Nesse aspecto procuraremos explicitar, a partir da obra de Tonet (2005), a relação entre emancipação humana e educação na perspectiva histórico-crítica.

O autor, baseado em Marx, diz que o processo educativo tem como princípio o ato do trabalho, pois é nesse momento que o homem como ser social, se apropria de “conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns ao grupo. Somente assim o ato do trabalho poderá se realizar.” (TONET, 2005, p. 213). Educação e trabalho podem integrar a mesma categoria, mas elas são bem distintas. Para o autor trabalho é ação do homem na natureza, a transformação da matéria prima, no ato educativo essa transformação é completamente diferente.

“A ação educativa se exerce sobre indivíduos conscientes e livres (quer dizer, portadores de consciência e liberdade) e não sobre uma matéria prima inerte e passiva, regida pela lei da causalidade.” (TONET, 2005, p. 218). O ato educativo não é apenas a relação entre sujeito e objeto, mas uma relação em que o objeto também é sujeito. Assim como no ato do trabalho se realizarmos as ações adequadas os resultados serão atingidos, porém no ato educativo mesmo realizando as ações adequadas nos encontramos longe de atingir o objetivo, “pois não podemos prever como reagirá o educando”.

Segundo o autor o trabalho é a mediação do homem com a natureza e a educação do homem com a sociedade. O autor segue sugerindo que o trabalho também é mediador da relação entre indivíduo e sociedade, assim como a educação medeia a relação do homem com a natureza. Para o autor o que difere a educação das outras atividades, é que ela não se caracteriza pela produção de objetivações, “mas pela apropriação daquilo que é realizado por outras atividades”. Assim ele exemplifica sua afirmação:

Cabe a atividade artística produzir obras de arte, mas é por meio da educação – aqui entendida, obviamente, num sentido amplo, que inclui tanto a educação direta quanto a educação indireta – que o indivíduo se torna capaz de tornar seu o universo contido na obra de arte. (TONET, 2005, p. 218).

É por meio dessa intervenção que a educação contribui para a construção do indivíduo como ser humano. A complexidade da transformação e construção desse homem e a divisão da sociedade por classes é que fez tornar-se necessária uma esfera que garantisse o controle às classes dominantes. Nessa organização se determina quem tem acesso à educação, em que condições, quais os conteúdos e métodos e serem utilizados no ato de ensinar. Assim constituiu-se a área particular da educação. “Vale ressaltar, contudo, que até o advento do capitalismo o acesso a esta esfera – mesmo assim de modo bastante diferenciado – era restrito às classes dominantes.” (TONET, 2005, p. 221). Segundo o autor foi esse advento que mudou os rumos da educação, porque ali ela passou a integrar profundamente o processo de produção e

A partir de então, as classes trabalhadoras não poderiam receber apenas uma educação prática no e pelo o trabalho. O próprio trabalho, agora cada vez mais complexo, exige conhecimentos e habilidades que têm de ser desenvolvidos e adquiridos fora do seu âmbito específico. (TONET, 2005, p. 221).

O homem necessitando da educação para se apropriar de elementos específicos para o trabalho, junto com a transformação de todos os indivíduos em cidadãos, pois passam a integrar uma sociedade democrática, precisa adquirir um conjunto de elementos “idéias, conhecimentos, valores, comportamentos, habilidades, etc.” para se adaptar a essas novas adequações.

Portanto a educação servia como meio para se alcançar o que as classes dominantes queriam, que as classes trabalhadoras estivessem preocupadas com uma educação que garantisse seu emprego e nada além disso. E a educação pronta para formar esses cidadãos, considerados livres em sua plenitude, em meros reprodutores da sociabilidade capitalista.

Para Tonet (2005, p. 225) “a formação do cidadão, pressuposto como homem livre sem mais, não pode ser este objetivo maior, uma vez que a

cidadania não é sinônimo de liberdade efetiva e plena”. Para o autor a educação deve objetivar a emancipação humana, pois ela é sinônimo de liberdade plena.

O autor defende que para que ocorra a emancipação humana devemos objetivar uma educação voltada para a emancipação humana e segundo o autor para que essa educação possa ocorrer ela necessita de cinco requisitos que, para ele, são fundamentais para objetivar a emancipação humana como fim educacional. O primeiro destes requisitos é o fim maior que a educação deve designar.

Neste sentido, entendemos que o primeiro requisito para conferir à atividade educativa em caráter emancipador é o conhecimento, o mais e sólido possível da natureza do fim que se pretende atingir, no caso, a emancipação humana. (TONET, 2005, p. 226).

A educação deve proporcionar uma apropriação de saberes, pois se trata do próprio destino da humanidade, como o conhecimento sobre a concreta realidade social. É desse conhecimento aprofundado que a educação deve apropriar-se para conferir à ela um caráter emancipador.

O segundo requisito segundo o autor é “a apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico e real, em suas dimensões universais e particulares, uma vez que o processo educativo se desenvolve em um mundo historicamente determinado e em suas relações concretas”. (TONET, 2005, p. 232).

É neste momento que os conhecimentos adquiridos na primeira etapa do processo ganham contornos mais nítidos. Com o conhecimento mais amplo sobre a situação do mundo atual, da lógica que há por trás da sociabilidade regida pelo capital, da crise que este tipo de sociabilidade está passando e das consequências que daí advêm o processo da autoconstrução humana. E como esta crise, se manifesta nos diversos campos da atividade humana como: a economia, a política, a ideologia, a cultura e a educação.

O terceiro requisito citado por Tonet (2005, p. 233) “está no conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação. Este conhecimento é necessário [...] para permitir o cumprimento da função específica da educação na construção desta forma de sociabilidade”.

O quarto requisito para que haja uma prática educativa emancipadora, segundo o autor, está “no domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área

do saber, sejam eles integrantes das ciências da natureza ou das Ciências Sociais e da Filosofia”. (TONET, 2005, p. 234). De nada adianta um professor ser defensor das classes trabalhadoras se ele tiver um saber medíocre, posto que a efetiva emancipação humana “implica na apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje”. Porém esse saber deve estar sempre articulado com a prática social.

O quinto e último requisito, segundo Tonet (2005, p. 235) “está na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva”. Muitas das condições para a realização do processo educativo estão além do próprio campo da educação, e só podem ser conquistadas com uma luta mais ampla. O autor diz que essa articulação hoje é mais complexa do que se imagina.

Seguindo esses requisitos citados pelo o autor a prática pedagógica terá um papel fundamental na luta pela emancipação humana. Uma luta que coloca a educação de mãos dadas com as classes subalternas na busca por melhores condições de vida e pela superação do atual modelo de sociabilidade, na formação de homens realmente livres e sujeitos da história.

Após esta síntese do modelo de educação voltada para a emancipação humana, nos colocaremos a par do debate acadêmico atual sobre as concepções críticas da educação física. Analisando nestas tendências que relações elas fazem com a cidadania e a emancipação humana.

3. A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Neste capítulo abordaremos as duas concepções críticas da educação física de maior evidência no debate acadêmica brasileiro na atualidade. O que procuramos explicitar é a relação delas com a cidadania, se elas explicitamente fazem menção a essa questão, situando suas orientações às práticas pedagógicas da educação física escolar no contexto atual.

3.1 Concepção Crítico-Emancipatória

Elaboramos aqui uma síntese da concepção crítico-emancipatória com base nos livros de Elenor Kunz, *Ensino e Mudança* (1991) e *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte* (1994). Analisamos se o autor utiliza a cidadania como meta para as aulas de educação física, ou de que maneira ela é citada em seus livros.

Segundo Kunz (1994), a tendência pedagógica crítico-emancipatória busca apropriar-se de elementos teórico-práticos da realidade do aluno, problematizando-os, afim de que os mesmos tornem-se críticos de suas próprias ações, conseqüentemente, da realidade que os permeiam.

Essa tendência surge como uma vertente que critica ao modelo tradicional da educação física, sustentado principalmente pelo modelo tecnicista centrado na prática do esporte. Percebemos que a concepção proposta por Kunz tem como objetivo a transformação dos alunos em “sujeitos livres e emancipados”. (KUNZ, 1994, p. 29).

Para que ocorra essa transformação nas aulas de educação física o autor defende algumas estratégias de ensino, ressaltando que a Crítico-Emancipatória “[...] busca alcançar, enquanto objetivos primordiais do ensino, e através das atividades com o movimento humano, o desenvolvimento de competências como a autonomia, a competência social e a competência objetiva.” (KUNZ, 1994, p. 101)

A competência objetiva visa à transmissão de conhecimento e informação articulando conteúdos, métodos e objetivos, ou seja, ela abrange respectivamente o acesso ao conhecimento contextualizado do esporte, possibilita a aprendizagem de

forma teórico-prática; e capacita os discentes a autonomia de seus movimentos dentro do âmbito esportivo e social.

A competência social surge como uma forma de socialização, de integração, para diminuir as diferenças, aumentando a cooperação, interação e a participação do indivíduo. O aluno deve adquirir esta competência para entender as relações socioculturais do contexto em que vive, dos problemas e contradições destas relações, os diferentes papéis que os indivíduos assumem numa sociedade, no esporte, e como estes se estabelecem para atender diferentes expectativas sociais.

Na competência comunicativa devemos estar cientes que a criança se expressa de variadas maneiras, a linguagem corporal é uma delas. Nessa competência o aluno tem a oportunidade de expressar sua criatividade, a participação e a discussão sobre as brincadeiras realizadas. Ela oportuniza ao aluno, através da linguagem, a entender criticamente o fenômeno esportivo, como o próprio mundo, com a consciência da codificação cultural e da produção ideológica envolvida nas várias dimensões da vida social.

Percebemos que o autor defende a competência comunicativa como a base de sua concepção, pois é a partir dos esclarecimentos e da linguagem, que os alunos devem ser levados a se tornarem críticos e refletirem sobre o mundo e a sociedade em que vivemos.

E são os modelos impostos pela sociedade que definem como o esporte se apresenta na escola. Segundo Kunz (1994), o esporte é um fenômeno muito valorizado no sentido econômico. São investidos milhões para obter rendimento, mas no âmbito social e do ser humano não há muito interesse. Assim o esporte passa a ser mais valorizado no âmbito do rendimento, meio em que pode se observar lucro, do que no meio social e escolar, tornando elitizado o esporte em que poucos participam e muitos assistem.

O autor reforça essa ideia e já percebemos sua inclinação pela emancipação humana quando ele diz as seguintes palavras:

um esporte que não necessariamente precisa ser tematizado na forma tradicional, com vistas ao rendimento, mas com vistas ao desenvolvimento do aluno em relação a determinadas competências imprescindíveis na formação de sujeitos livres e emancipados. (KUNZ, 1994, p. 29).

Kunz defende uma educação voltada para a maioria ou à emancipação, segundo ele esta deve ser a tarefa essencial da educação. “Isso implica, principalmente, num processo de esclarecimento racional e se estabelece num processo comunicativo” (KUNZ, 1994, p. 32).

O professor em seu papel de mediador do conhecimento deve se calçar em algumas estratégias de ensino para alcançar os objetivos de uma educação voltada para a emancipação. Segundo Kunz (1994, p.123), são elas:

- A forma direta de “transcender limites”, no sentido de manipulação direta da realidade, explorando, experimentando e vivenciando novas possibilidades.
- A forma aprendida no âmbito de “transcender limites” pela imagem, pelo esquematismo, e pela apresentação verbal de situações do movimento e do jogo, em que o aluno deverá acompanhar de maneira reflexiva, executar e propor soluções.
- A forma criativa ou inventiva de “transcender limites”, onde a partir de formas anteriores o aluno se torna capaz de “definida uma situação” criar movimentos e jogos com sentido para aquela situação.

Com essas estratégias uma aula de educação física propicia ao aluno muito mais que acesso a experimentação de novos movimentos. Uma aula nessa perspectiva oportuniza a criação de novas situações problematizadoras que levem o aluno a pensar e a atuar como co-autores das aulas, usando sua criatividade para modificar, transformar e criar novas situações a partir das que foram propostas. (KUNZ, 1994).

A partir desse breve resumo sobre a concepção crítico-emancipatória, podemos observar que Kunz trata da emancipação humana como finalidade para a educação e para as aulas de educação física. Aponta para a transformação do esporte na escola e objetiva a educação dos alunos para torná-los críticos e emancipados, capazes de questionar o modelo atual de sociedade. Uma questão, para estudos futuros, porém, permanece: é possível a emancipação humana a partir da emancipação dos indivíduos?

3.2 Concepção Crítico-Superadora

Neste subcapítulo abordaremos a concepção crítico-superadora, elaborada por um Coletivo de Autores e que está fundamentada na obra *Metodologia do Ensino da Educação Física* (1992). Analisaremos se neste texto os autores utilizam a cidadania como meta educacional se é que eles a utilizam.

De acordo com o Coletivo de Autores (1992), a vertente teórica da pedagogia crítico-superadora sustenta-se pela ampliação da cultura corporal, contextualizando fatores que permeiam os conteúdos desenvolvidos na Educação Física, sejam eles, histórico, social, econômico, político e cultural.

Segundo o Coletivo de Autores (1992), em uma sociedade de classes como é o Brasil, o movimento social caracteriza-se pela luta entre as classes sociais a fim de afirmarem seus interesses. Os interesses históricos da classe trabalhadora vêm se expressando através da luta e da vontade política para tomar a direção da sociedade, construindo a hegemonia popular.

A concepção crítico superadora, com base no debate de Souza (1987), surge para responder um determinado interesse de classes, por isso sua reflexão pedagógica tem algumas características específicas: é “diagnóstica, judicativa e teleológica”.

Diagnóstica, porque remete à constatação e leitura dos dados da realidade, carecem de interpretação, de um julgamento sobre eles. *Judicativa* porque julga a partir de uma idéia que representa os interesses de determinada classe social. *Teológica* porque determina um alvo aonde se quer chegar, buscando uma direção. Esse caminho dependerá da perspectiva de classe do indivíduo que reflete, podendo ser conservadora ou transformadora. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

O eixo curricular delimita o que a escola pretende explicar aos alunos e até onde a reflexão pedagógica se realiza, o Coletivo de Autores (1992) também destaca que como o eixo escolar tem a constatação, interpretação, compreensão e explicação de determinadas atividades profissionais, a reflexão pedagógica se limita a explicação das técnicas e ao desenvolvimento de habilidades, objetivando o exercício e o domínio por parte dos alunos. “Esse currículo se materializa na escola através do que se denomina *dinâmica curricular*”. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 18).

A Concepção crítico-superadora organiza e propõe que o ensino deve ser organizado em ciclos, sendo que o primeiro ciclo vai da pré-escola até a 3ª série, é o ciclo da organização da identidade dos dados da realidade; o segundo ciclo compreende de 4ª a 6ª série, é o ciclo da iniciação à sistematização do conhecimento; o terceiro ciclo vai da 7ª a 8ª séries, é o ciclo da ampliação da sistematização do conhecimento, e o quarto ciclo que engloba as series do ensino médio, constituindo o ciclo de aprofundamento da sistematização do conhecimento, (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Nessa organização de ensino proposta pelo Coletivo a educação física busca a historicidade do homem, levando em consideração que todos os movimentos surgiram para suprir as necessidades em determinadas situações.

Portanto, a educação física é uma disciplina que trata, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com formas de atividades corporais, como: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 41).

Esses conteúdos devem ser tratados pedagogicamente de forma que evidenciem seus sentidos e significados, despertando nos alunos o interesse e evidenciando a expressão corporal como forma de linguagem. De acordo com o Coletivo de Autores (1992) esses mesmos conteúdos são selecionados levando em consideração alguns princípios curriculares no trato com o conhecimento.

Um dos princípios que os autores enfatizam é a relevância social dos conteúdos, sendo que para ser selecionado um conteúdo deve significar alguma coisa para o aluno, que ele possa fazer uma ligação com seu cotidiano a partir deste conteúdo selecionado.

Outro princípio é o da contemporaneidade, que sugere que os conteúdos que estão em evidência no momento sirvam de atrativo para os, fazendo com que eles percebam os sentidos e significados destes conteúdos.

A adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno também se constitui em um princípio que enfoca a importância de realizar antes de tudo um diagnóstico da realidade, para que se tenha certeza que o conteúdo é adequado, evitando assim decepções, tanto para o professor quanto para o aluno.

Esses princípios citados são para a seleção dos conteúdos, os autores sugerem que haja outros princípios que indicam como os conteúdos devem ser sistematizados.

O confronto e a contraposição de saberes é um desses princípios, aqui é necessário que os alunos confrontem os conhecimentos adquiridos da sistematização dos conteúdos com os quais eles já possuem de sua vivência, dando a eles a opção de escolha.

Outro princípio que deve ser utilizado é o da simultaneidade do conteúdo, apontando que diversos conteúdos podem ser trabalhados ao mesmo tempo quando são aproveitadas as afinidades que eles possuem entre si.

A espiralidade da incorporação das referências é outro princípio importante para a sistematização dos conteúdos, a partir dele se deve observar que cada aluno possui seu tempo e que não há uma seqüência lógica determinada para todos no processo de ensino.

E o princípio da provisoriedade é o último abordado pelos autores, nele observa-se que as coisas mudam, que as regras se modificam, os conteúdos evoluem com o tempo, então surge a necessidade de estudar a história e o percurso de cada conteúdo.

Sabemos então que o Coletivo de Autores pretende como método de ensino a divisão por conteúdos para a melhor assimilação por parte dos alunos, vemos também que eles tomam o aluno como um ser histórico com seus próprios conhecimentos.

Em um dos pontos do texto, quando os autores falam na divisão por temas – especificamente a dança - a palavra cidadania é abordada no texto “[...] como forma de despertar a identidade social do aluno no projeto de construção da cidadania.” (COLETIVO DE AUTORES, 1994, p. 82). Aqui os autores citam a cidadania como um dos focos educacionais, logo a cidadania, mesmo que pouco citada ao longo do texto, tem um papel relevante para os autores que buscam através do resgate social uma forma de alcance da cidadania.

Na leitura da obra observamos que a cidadania, apesar de ser citada, não é a meta que os autores tomam por finalidade da educação. A busca por tratar de problemas sociopolíticos, a questão de priorizar a escolha dos conteúdos de acordo com os interesses da classe trabalhadora, disponibilizando aos alunos uma visão realista de seu contexto social, são metas que vislumbram ultrapassar a cidadania.

Uma concepção que vise a transformação da sociedade através da leitura crítica da realidade e, por consequência, a transformação da mesma, não pode ser considerada uma educação voltada para a cidadania. Podemos perceber que a busca pela emancipação humana se mostra presente no texto, quando os autores apontam para a modificação do *status quo*, que na ótica de Tonet (2005) é um dos pontos necessários para alcançar a emancipação humana.

Após analisarmos as perspectivas críticas da educação física e as relações que elas fazem com a cidadania e a emancipação humana, trataremos no próximo capítulo de textos que abordam diretamente o tema educação física e cidadania, observando como eles utilizam o termo cidadania como meta educativa.

4 EDUCAÇÃO FÍSICA E CIDADANIA

Neste capítulo abordaremos como está o relacionamento entre educação física e cidadania e como esta relação está amparada por documentos oficiais que norteiam o processo pedagógico das escolas. Vamos contextualizar a cidadania como meta educacional na educação física através de alguns autores que defendem este tema e apresentar o debate crítico sobre essa relação. Antes, porém, apresentamos, ainda que de forma sumária, o debate contemporâneo em torno do conceito e a crítica elaborada por Tonet (2005) a partir da perspectiva materialista histórica da sociedade.

4.1 O conceito de cidadania e sua crítica

Para caracterizar o sentido do conceito de cidadania nos apoiamos no texto de Alvorí Ahlert (2004). Para o autor a cidadania passou a ser considerada um assunto unânime em diversos discursos, tornando-se válvula de escape para políticos a fim de defender seus interesses e enganar o povo mantendo-os refém de seus próprios interesses. Assim, mesmo que sucintamente, necessitamos esclarecer a origem dessa palavra e como seu significado foi sendo modificado ao longo da história para podermos compreender sua utilização no contexto atual e nos posicionarmos frente a ela.

As raízes da cidadania estão na sociedade grega, em que o ser cidadão era participar e viver a vida da cidade. “Na sociedade grega, a democracia era direta, não havia representantes do povo, cada cidadão tinha acesso às assembleias nas quais podia argumentar a favor de suas posições”. (AHLERT, 2004, p. 48). Ahlert nos adverte que o cidadão passou a ter um contato mais direto com o estado e, com essa ligação, surgiram os deveres e os direitos do cidadão. Porém, só em Roma é que o termo cidadania passou a ter um significado jurídico.

Na modernidade, observa o autor, a cidadania foi se moldando de acordo com os interesses da burguesia vinculando “a cidadania aos direitos de liberdade de pensamento, de religião, de comércio, de produção, de propriedade privada.”

(AHLERT, 2004, p. 49). Dessa forma, o alcance da população à dita cidadania ficava limitado.

Muitos autores hoje em dia definem a cidadania como o “direito a ter direitos”. Segundo Betti (1999, p. 85) essa é uma boa definição, pois “supera a polemica sobre quais direitos seriam universais, e quais seriam históricos e contextualiza a questão nas democracias ocidentais”. Mas a cidadania não pode ser considerada sem o envolvimento do Estado, é na esfera política que vemos a participação do homem como cidadão¹, ou como mero eleitor.

Ter direitos e deveres significa que cada indivíduo deve fomentar a busca e a construção coletiva dos direitos; o exercício da responsabilidade com a coletividade; o cumprimento de regras e de normas de convivência, produção, gestão e consumo estabelecidos pela coletividade; a busca efetiva de participação na política para controlar seus governos eleitos dentro de princípios democráticos. (AHLERT, 2004).

A cidadania para os autores estudados é a busca dos direitos pelos cidadãos, mesmo que nessa busca haja uma repetição de modelos pré-estabelecidos pela classe burguesa. A cidadania requer uma forma de organização por parte da sociedade, para que haja reflexão de questões econômicas, políticas e sociais, construir opinião sobre essas questões, manifestar-se e participar do debate e das decisões sobre os grandes temas que a organização democrática requer.

4.2 A Crítica à Cidadania

Neste capítulo abordaremos, a partir do debate realizado por Tonet (2005) na obra *Educação, cidadania e emancipação humana*, as perspectivas da cidadania, dividida nas seguintes óticas: liberal, da esquerda democrática e marxista. Expor essas perspectivas nos ajudará a esclarecer se as metas educacionais que devemos almejar na educação e nas aulas de educação física devem ser estabelecidas nos limites da cidadania ou da emancipação humana?

A palavra democracia tornou-se em certo tempo uma resposta para os problemas de uma sociedade desigual, cercada pela ditadura e por aspectos

¹ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, cidadão é “Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre”. CD-rom

autocráticos². Hoje a cidadania é vista da mesma forma, como uma resposta para todos os problemas da desigualdade social, utilizada nos discursos de direita e esquerda, nos debates da educação situados no campo crítico e conservador.

Para a elaboração deste texto sobre a cidadania tomamos por base a perspectiva marxista, que toma como ponto de partida a base material da sociabilidade. Segundo Tonet (s/da, p. 2) “a autoconstrução humana é um processo que tem como ponto de partida o trabalho.” E é com a análise do trabalho que o homem se constrói como ser social, histórico, ativo, universal, consciente e livre. Sendo que a partir dele surgem as outras dimensões da atividade humana que constituem o homem como ser social. Por isso o autor afirma que “o processo de autoconstrução do homem matrizado pelo trabalho, será, sempre o fio condutor do processo social (...)”. (TONET, s/da, p. 2)

Sob essa perspectiva procuramos seguir o debate que o autor realiza para nos situarmos em relação ao moderno conceito de cidadania. Consideramos essa discussão importante para nos localizarmos nos limites das propostas pedagógicas e teórico-metodológicas que indicam como sua finalidade a promoção da cidadania, mesmo que se anunciem como críticas e que almejem a emancipação humana. Mas essa ainda é uma questão abrangente que não temos condições de abarcar nos limites de um Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse aspecto nos limitaremos a explicitar alguns tópicos centrais sobre a significação da cidadania no contexto da atual sociabilidade e sua repercussão para o estabelecimento das finalidades da educação e da educação física.

Nossa proposição é de que uma educação que perspetive a superação da sociabilidade desumanizadora necessita ir além da promoção da cidadania, o que significa superar seus limites, isto é, não podemos estabelecer como fim último do processo educativo a cidadania. Indicamos aqui, ainda que sumariamente, as questões que entendemos nos permitem localizarmo-nos no debate da cidadania. O fazemos indicando os principais tópicos nas visões de cidadania nas perspectivas liberal ou conservadora, da esquerda democrática ou crítico reprodutivista e na perspectiva marxista. Essa última, acreditamos, nos fornece os indicadores para a possibilidade da real superação da atual sociabilidade.

² Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, autocracia é “Governo de um príncipe, com poderes ilimitados e absolutos. CD-rom.

4.2.1 A Cidadania na Ótica Conservadora

Essa perspectiva tem como pressuposto “que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Essa frase está presente nas Constituições ao redor do mundo inteiro, porém para que estes direitos fossem alcançados seria necessário que a sociedade instituisse uma autoridade capaz de garanti-los. Nesta perspectiva a desigualdade social é considerada legítima, sendo “o desdobramento da igualdade e da liberdade naturais” (TONET, s/da, p. 3).

Não se falava em cidadania, mas liberdade e igualdade já eram a base para o seu desenvolvimento futuro. Na sociedade feudal quem detinha os direitos e deveres de cidadão eram apenas os que tinham alguma participação nos negócios públicos, ou seja, os trabalhadores estavam excluídos da cidadania, que de fato não existia. Os direitos eram exclusivos dos aristocratas.

A luta dos trabalhadores para serem reconhecidos como protagonistas sociais levou à derrocada do Estado Absolutista, estabelecendo-se em substituição o Estado Democrático, em que se confrontou o direito aristocrático com o da cidadania. A propriedade deixou de ser critério direto para a cidadania. Porém, segundo Tonet (s/db, p. 1), “a propriedade ainda continua e continuará a ser o critério indireto à cidadania, uma vez que o acesso efetivo aos direitos tem a sua raiz na divisão social do trabalho”, em última análise, no confronto entre os proprietários privados dos meios de produção – que detêm a hegemonia dos direitos de cidadãos – e os que detêm unicamente sua força de trabalho.

A cidadania era vista como instrumento para equilibrar as desigualdades sociais e não para erradicá-las. Para os liberais a divisão social era vista como resultado inevitável do processo humano, pois a naturalidade é inquestionável, sua verdade era absoluta. Sendo assim a ideia de cidadania também não era questionada.

Para ser um cidadão pleno nessa concepção é necessário fazer parte de uma comunidade jurídica e politicamente organizada, tendo como fiador o Estado que garantiria o cumprimento das leis. Essa ideia passou a ser a verdade absoluta na ótica liberal.

4.2.2 A Cidadania e a Esquerda Democrática

Essa abordagem parte do princípio de que não há uma articulação entre cidadania e capitalismo, de que houve cidadania antes mesmo do sistema capitalista se instituir. Como a própria concepção já diz a democracia é o ponto principal para os autores que defendem essa ótica. Frisam que a democracia é inseparável da cidadania pelo caráter indefinidamente aberto da ordem social democrática. Sendo que a democracia garante não só o cumprimento dos deveres e sua legitimidade, como também a ampliação dos já existentes.

Analisando o discurso dos autores da esquerda democrática, Tonet (s/db, p. 2) observa que “é o único sistema que admite como legítima a existência de grupos sociais com interesses diferentes e até antagônicos e a possibilidade e a normalidade da luta pela defesa destes”. É essa constante abertura ao aperfeiçoamento que diferencia essa visão da ótica liberal. A cidadania passou de verdade absoluta para uma possibilidade mutável em favor da classe trabalhadora, através da democracia.

Mas os objetivos só seriam alcançados havendo uma mudança do sistema capitalista para um sistema socialista, defendendo essa ideia Souza Santos³ (apud Tonet, s/db, p. 2) nos diz que “o socialismo é a democracia sem fim”.

Se a superação da sociabilidade capitalista ocorreria pela continuidade da democracia “sem fim”, Tonet (2005) observa que precisamos abordar minimamente a crítica marxista à democracia burguesa. Para Marx o Estado surge da necessidade das classes dominantes em garantirem seus direitos e suas propriedades frente ao antagonismo existente da divisão por classes sociais.

O Estado está totalmente ligado ao trabalho e ao capital, então segundo Tonet (s/db, p. 3), mesmo “que a presença do Estado se faça de forma coercitiva e/ou consensual em nada altera o caráter essencial dele, embora faça enorme diferença quando se trata da análise concreta e da luta concreta”. Então ele não pode ser considerado um instrumento que possa beneficiar as classes menos favorecidas, ou seja, mantendo a reprodução da sociedade em que o homem explora o homem.

³ Professor Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e membro do Núcleo Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE).

A ineficácia do Estado frente aos problemas sociais é uma demonstração de que ele não pode ir contra aquilo que é fundamental para sua existência, mas que é a origem de tais problemas, ou seja, a propriedade privada. Dessa relação entre Estado, trabalho e capital, Tonet (2005) cita que para Marx “a democracia é, ao mesmo tempo, expressão de desigualdade social e condição de sua reprodução”.

4.2.3 A Crítica Marxiana da Cidadania

Diferente das outras duas visões de cidadania, a crítica marxiana parte do princípio que o que torna o homem um ser social é o trabalho. Quando o homem passa a transformar a natureza em que vive e a produzir os bens materiais necessários é que o trabalho passa a ser o fundamento essencial de toda a forma de sociabilidade. Tudo o que transforma um ser social passa a ser mutável, sua totalidade é sempre resultado de seus atos. Tonet (2005, p.100) diz que “o ser social se caracteriza pela atividade, pela socialidade, pela universalidade, pela consciência e pela liberdade”.

Para Marx a política e a economia são dimensões que estão fortemente ligadas, diferente das visões liberal e da esquerda democrática que dizem que elas não têm nenhuma ligação. Esse pressuposto na concepção marxiana é fundamental para entendermos que a entificação da sociabilidade capitalista está ligada a entificação da cidadania moderna.

Para entendermos esta ligação devemos nos situar na visão de sociabilidade. Segundo Tonet (2005), em Marx este tipo de sociabilidade capitalista tem por base a compra-e-venda da força de trabalho, ato esse que é o gerador de toda a desigualdade social. Dos sujeitos envolvidos nessa relação de compra-e-venda, um deles “é o proprietário de trabalho acumulado (capital, meios de produção, riqueza, etc.) e o outro tem a propriedade apenas da sua força de trabalho”. (TONET, 2005, p. 97)

O ato de compra-e-venda de força de trabalho não é o único responsável pela reprodução e produção da desigualdade social, dele também se origina a alienação que ocorre na sociabilidade capitalista. Segundo Tonet (2005, p.105), a alienação se constitui por

forças que não são estranhas, hostis e dominadoras por natureza, mas se tornam assim por causa de determinadas relações que se estabelecem entre os homens. Como consequência, os produtos humanos que, em última análise, são uma objetivação dos próprios homens, tornam-se não só autônomos e independentes deles – o que seria o resultado da natureza do processo de trabalho –, mas transformam-se em forças que se voltam contra os homens e determinam a sua vida.

O homem está alienado ao processo de exploração que ocorre no sistema capitalista, pois ele é transformado em objeto, que só é útil para a produção de mercadorias e é privado do produto de seu trabalho. Para Marx o que difere o homem do animal é o fato de ser livre e consciente de seus atos. O trabalho alienado não é livre nem consciente “uma vez que o trabalhador não compreende o seu verdadeiro caráter nem tem a regência sobre o processo” (TONET, 2005, p. 107)

A relação entre a sociabilidade capitalista e o homem tem como um dos pontos principais a participação na comunidade política, em que o homem é considerado um ser coletivo, porém mesmo participando da comunidade política ele não deixa seu lado egoísta que prevalece na sociedade civil. Uma comunidade política na sua essência não pode ser tomada como uma comunidade real em que o homem exerce suas vontades, “porque no solo social que lhe dá origem as relações entre os homens não são de união, mas de oposição, não são de mutuo enriquecimento, mas de mútua desapropriação”. (TONET, 2005, p. 121).

Segundo o autor, confunde-se a cidadania com a emancipação política, o que coloca o homem não como um ser integral, mas como membro da comunidade política, ou seja, pensar e agir de acordo com o ordenamento social estabelecido, mesmo quando se trata de ideias que modifiquem este ordenamento. Basear então a educação para a formação do cidadão como membro de uma comunidade política e defender que esta esfera é a base para a liberdade humana é considerado um equívoco, segundo Tonet, pois o homem deve ser tratado com ser social membro de uma comunidade social.

Para os defensores da cidadania como finalidade, o social é considerado “como ‘preocupação’, como ‘assistência’, como ‘solidariedade’, ou seja, como um fato que tem sua origem na consciência e não na materialidade das relações econômicas”. (TONET, 2005, p. 122). Para o autor comparar os países ricos e pobres mostra claramente que a cidadania não está na consciência.

Nos primeiros, a base de uma cidadania amplamente desenvolvida foi a realização da revolução burguesa, econômica em primeiro lugar e em seguida política e social. Nos segundos, dá-se exatamente o inverso. É a inexistência ou a incompletude da revolução burguesa que inviabiliza, pela raiz, a instauração da cidadania. É impossível [...] formar cidadãos autênticos, numa sociedade em que a atividade econômica é realizada de forma tão arbitrária, primitiva e predatória. (TONET, 2005, p. 123).

Colocar a educação a serviço da cidadania é considerado pelo autor uma “brutal ilusão”, pois se nos países ricos a cidadania implica na existência da desigualdade social, nos países pobres educar para a cidadania é uma dupla ilusão:

Primeira, porque é impossível atingir a plenitude da cidadania (visto que o fosso entre ricos e pobres aumenta em vez de diminuir); segunda, porque mesmo que isso fosse possível, não levaria à formação de pessoas efetivamente livres, efetivamente sujeitos da história, dada a natureza própria da cidadania. (TONET, 2005, p. 123).

Nesta perspectiva toda a atividade educativa estaria voltada para que todos os membros dessa comunidade expressassem a consciência de fazer parte desta comunidade e, portanto, local em que todos têm direitos e deveres e que devem exercê-los efetivamente participando ativamente desta comunidade em que estão inseridos. Por outro lado a cidadania julgaria a consciência e o comportamento de que os indivíduos devem portar-se como cidadãos em todas as suas atividades sejam elas, políticas, econômicas, sociais, culturais, públicas ou particulares. Restringindo dessa forma sua efetiva participação nas esferas públicas.

4.3 A Cidadania como Finalidade da Educação Física

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 7) esses são alguns dos objetivos propostos para as aulas de educação física do

terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, que atualmente compreende do sexto ao nono ano.

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

Percebemos que as orientações são explícitas em estabelecer como finalidade da educação física a promoção da cidadania por meio de suas aulas. Mas deverá ser esse o papel da educação física? Ou melhor, devemos considerar a cidadania como meta educativa nas aulas de educação física?

Para que essas perguntas possam ser respondidas necessitamos saber como ela é introduzida no meio escolar. Para isso analisaremos alguns autores que defendem a cidadania como finalidade para a educação física.

Autores como Alвори Ahlert (2004), Flaviana Fellegger Molina (2010), Joana de Barros Carvalho Melo (2007), José Luis Simões (2007), além do próprio PCN⁴ que visam uma educação e uma educação física para a cidadania, serão citados e discutidos posteriormente.

Para Melo e Simões (2007), diante das diversas transformações que aconteceram com a Educação desde o século passado, a educação física teve papel fundamental no contexto do ensino fundamental para a formação do aluno como cidadão.

Essa informação é ressaltada com as diversas menções que são feitas à educação para cidadania nos PCNs. Para os autores, nos PCNs a concepção de cultura corporal de movimento amplia a contribuição da Educação Física escolar para o pleno exercício da cidadania, na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma

⁴ Todos os autores estudados para a elaboração deste trabalho que falam sobre o tema educação física e cidadania tomam por base esse documento.

como direito de todos o acesso e a participação no processo de aprendizagem. (MELO; SIMÕES, 2007)

Os autores defendem que a educação física deve – por meio de seus conteúdos: esporte, jogos e brincadeiras, lutas, dança e a ginástica – promover e proporcionar aos alunos, além de conhecimento desses conteúdos, a reflexão sobre o direito a ter acesso a esses conteúdos. Outro eixo norteador do PCN e que segue sendo citado pelos autores é de que a educação física para a cidadania deve ter como princípio a inclusão do aluno buscando que todos os alunos possam participar das aulas, independente da altura, peso, habilidades e dificuldades. Todos devem participar das aulas para obter os benefícios que ela irá proporcionar.

A participação social também é tida como um dos pontos principais para que as aulas de educação física sirvam para alcançar a cidadania, podemos confirmar essa colocação com as palavras de Ahlert (2004, p. 56):

A partir da Educação Física escolar, desafia-se a escola a interagir mais com a sociedade através de projetos múltiplos e interdisciplinares, como, por exemplo, Rua do lazer, Ginástica na Praia, no Parque, na Praça, Passeios Ciclísticos, Caminhadas Urbanas Interbairros para que a população conheça sua cidade, sua realidade e desenvolva um senso crítico face aos problemas que esta realidade apresenta.

Com base nessas afirmações a educação física deve por meio de ações e atuações coletivas, como as vivenciadas na escola, proporcionar aos alunos uma reflexão da sociedade e uma forma de interagir buscando um objetivo comum, valorizando o papel de cada um e aceitando as diferenças que surgem quando se atua em coletividade, objetivando uma participação social. Tal participação limita-se ao ativismo das práticas corporais, exemplificadas pelas ruas de lazer, ginástica na praia, etc. “Essa aprendizagem da cidadania deve ser vivenciada na prática com todos aqueles que o educando tem contato, não só o professor é responsável, mas todos no ambiente escolar, desde o funcionário que atua na limpeza até a direção da escola.” (MOLINA, 2010, p.18)

O autor assevera que a Educação Física Escolar é, assim, “uma área do conhecimento que, por excelência, pode lançar as bases para se colocar uma

sociedade em movimento para a busca de uma cidadania plena, sustentada no fundamento da participação de todos os envolvidos”. (AHLERT, 2004, p. 57)

Para esses autores a busca da cidadania pela educação física é considerada um ganho para a sociedade, pois haverá um melhor relacionamento entre as pessoas, maior participação de todos em busca de um bem comum e maior conhecimento na busca de uma consciência política, impulsionando a busca por uma cidadania participativa.

5 CONCLUSÃO

A compreensão sobre cidadania e emancipação humana é um assunto da maior importância no contexto atual da educação. Observando o que foi produzido até o momento percebemos que apesar de importante é um assunto escasso quando se trata da educação física. A escola deve ser a principal fonte de apropriação do conhecimento e habilidades nos campos mais variados da atividade humana para que os homens adquiram os saberes necessários para se tornarem realmente livres e emancipados.

Verifica-se no cotidiano que o tema da cidadania tem ganhado espaço na nos debates da área pedagógica. Vários discursos colocam a busca da cidadania como uma forma de solução dos problemas sociais. Porém podemos observar ao longo deste trabalho que a cidadania por si só não garante a liberdade efetiva e plena ao homem. Não procuramos neste trabalho julgar a cidadania, ou excluí-la da prática pedagógica, o que queremos deixar claro é que a cidadania pode sim ser trabalhada na escola, porém o que ressaltamos é que ela não pode ser essencial para nós, que é a emancipação humana.

Analisamos alguns autores que defendem a cidadania como finalidade da educação física. Para esses autores, incluindo o próprio PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a cidadania deve ser almejada como meta nas aulas de educação física, pois é a partir dela, que estes autores acreditam que haverá um melhor relacionamento entre as pessoas, maior participação de todos em busca de um bem comum e maior conhecimento na busca de uma consciência política, impulsionando a busca por uma cidadania participativa.

A cidadania tida como finalidade, assim citada pelos autores, Ahlert, Molina, Simões e Melo, é destinada como o objetivo máximo a ser alcançado nas aulas de educação física. Porém sabemos que objetivar a cidadania não garante a ninguém a efetiva liberdade, pois para esses autores a cidadania plena é a garantia de participação integral na sociedade. Analisamos que essa meta não deve ser seguida para aulas de educação física, pois o que defendemos é a emancipação humana, a qual busca a efetiva liberdade do homem.

Sabendo dos objetivos de uma educação para a cidadania e de uma voltada para a emancipação humana, acreditamos que a educação física pode ser

instrumento na busca de uma condição melhor para todos, através da emancipação humana, buscando o fim da desigualdade social, transformando o ser humano em sujeito de sua realidade e transformador da mesma. Para essa transformação as duas tendências críticas da educação física, mais em voga na atualidade – Crítico-Emancipatória e Crítico-Superadora – foram analisadas em relação à cidadania e a emancipação humana.

Na área da educação física as duas tendências nos mostram que nossa área caminha para a formação de professores que procurarão transmitir o conhecimento de uma maneira emancipada. Ambas as tendências buscam, mediante uma leitura crítica da realidade, sua transformação e superação do modelo capitalista vigente. O que nos leva a acreditar que a educação física, ainda que timidamente, tem os requisitos necessários e bases teóricas para uma educação emancipada, que leve o aluno a ser realmente livre.

Sabemos, porém, que a busca pela emancipação humana não é tarefa das mais fáceis e que para que ela possa realmente acontecer é necessário uma superação do modelo atual de sociabilidade capitalista, fato esse que julgamos complexo e que demanda uma transformação no ato pedagógico e na própria mentalidade humana, para não buscarmos a cidadania, entendida no contexto do estado moderno, como uma reprodução do modelo atual capitalista, mas a emancipação humana, entendida como possibilidade de superação do atual modelo social.

6 REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvori. **Educação Física Escolar e Cidadania**. Revista VIDYA, v. 24, nº 42, p. 47-60, jul./dez., 2004 - Santa Maria, 2007.

BETTI, Mauro. **Educação Física, Esporte e Cidadania**. Revista Brasileira de Ciência do Esporte. Vol. 20, números 2 e 3 – Abril a Setembro. 1999

BRACHT, Valter. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 3ª Ed., 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

KUNZ, Elenor. **Educação Física: ensino e mudanças**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1991.

_____. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 4 ed. Ijuí: Unijuí, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. (Coleção Docência em Formação). São Paulo: Cortez, 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias**. 2ª ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1989.

MELO, Joana de Barros; SIMÕES, José Luis. **A Contribuição da Educação Física, no Ensino Fundamental, na formação do Cidadão**. Anais I Congresso Nacional de Educação Física, Saúde e Cultura Corporal- CNEF – Recife 03 a 06 de Julho de 2007.

MOLINA, Flaviana Fellegger. **Educação em valores nas aulas de educação física: análise de projeto que visa à cidadania e autonomia dos educandos**. Tese (Mestre em Educação Física) 2010. Universidade São Judas Tadeu. São Paulo.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 36. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, M. Abadia. **Intervenção e Consentimento. Política educacional do Banco Mundial entre 1970 e 1996..** São Paulo, Editora A A, 2002.

SOUZA, João Francisco. **Uma Pedagogia da Revolução.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

TONET. Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. **Educar para a Cidadania ou para a Liberdade.** s/da. Disponível em <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Educar para a cidadania ou para a liberdade.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Educar_para_a_cidadania_ou_para_a_liberdade.pdf)> Acesso em 06 out. 2011.

_____. **Cidadão ou Homem Livre?.** s/db. Disponível em <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao ou homem livre.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf).> Acesso em 06 out. 2011.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física.** Criciúma, 2010.